

PROGRAMA 2018

OBJETIVOS

A disciplina tem por objetivo discutir questões teóricas e desafios da mensuração empírica para uma reflexão crítica sobre a (des)construção de preconceitos e discriminações com base em marcadores sociais da diferença. Pretende focar a produção e reprodução psicossocial de perspectivas morais que sustentam atitudes e comportamentos misóginos, racistas, *lgbtfóbicos* e de intolerância a diferenças no Brasil contemporâneo. Através da abordagem de marcadores de gênero e sexualidades, étnico-raciais, de classe social, de religiosidades e geracionais, propõe problematizar a tensão entre os ideais universalistas de igualdade e dignidade, expressos na DUDH, e a demanda multiculturalista por reconhecimento de direitos a identidades fragmentárias e interseccionais que aflora na modernidade tardia.

São objetivos deste curso:

- 1) Apresentar abordagens de correntes da psicologia social e de teorias políticas normativas para o enfoque da moralidade;
- 2) Mapear pesquisas sociais empíricas a partir do intento de mensuração de manifestações de preconceitos e discriminações;
- 3) Discutir os impasses teóricos e políticos entre perspectivas interseccionais e projetos de desconstrução identitária.

JUSTIFICATIVA

Nas últimas décadas do século 20, a tensão entre igualdade de direitos e direito às diferenças já vinha se colocando no centro do debate sobre a possibilidade de conquista e desenvolvimento da cidadania nas sociedades contemporâneas pluralistas, quando o fenômeno da globalização primeiro se insinuou, para em seguida se acentuar, estreitando radicalmente os espaços e intercâmbios econômicos e culturais, impulsionados pelo advento da *internet* e, já na primeira década do século 21, pelo aumento dos fluxos migratórios decorrentes de conflitos bélicos regionais, crise econômica e desastres naturais. Emergiram e agravaram-se, assim, conflitos sociais e intolerâncias de toda ordem, que sugerem o soterramento definitivo do ideal iluminista de uma observância de direitos efetivamente universalizáveis, com base em princípios éticos a serem interculturalmente partilhados.

A abordagem interacional-construtivista do desenvolvimento moral, elaborada por Piaget e Kohlberg – pouco absorvida no Brasil, mas assimilada por Habermas, entre outros, pelo valor de seus achados empíricos – oferece uma perspectiva teórica profícua para a compreensão (e um instrumental político-pedagógico desafiador para a desconstrução) de preconceitos e discriminações derivadas da instrumentalização de marcadores sociais, mobilizados para a justificação de desigualdades e para o não reconhecimento de direitos a grupos sociais variados. Sugere, então, caminhos para o enfrentamento da tendência às e intolerâncias que parecem se disseminar nas sociedades contemporâneas.

A primeira parte da disciplina será dedicada à introdução e discussão dos conceitos de julgamento, desenvolvimento e autonomia morais, a partir de teóricos da moralidade. Na segunda serão abordados os processos psicossociais de produção e reprodução de desigualdades assentadas em diferentes marcadores sociais e suas interseccionalidades.

CONTEÚDO

1ª parte

- 1 – Teoria construtivista do desenvolvimento moral
- 2 – O sujeito autônomo em teorias políticas normativas
- 3 – Direitos humanos interculturais e filogênese da moralidade
- 4 – Sociologia da moralidade
- 5 – Tolerâncias e intolerâncias

2ª parte

- 6 – Marcadores sociais da diferença e interseccionalidades
- 7 – Classes sociais: distribuição e reconhecimento
- 8 – Patriarcado, gênero e misoginia
- 9 – Sexualidades e *lgbtfobias*
- 10 – Raças, etnias, racismo e xenofobia

BIBLIOGRAFIA

1ª parte

1. Teoria construtivista do desenvolvimento moral

KOHLBERG, Lawrence. *De lo que es a lo que debe ser* [1971]. Buenos Aires, Prometeo Libros, 2009. (Cap. VII, pp. 75-176)

FREITAG, Barbara. Estruturalismo genético e gênese da consciência moral (Cap. 6) e Moralidade e educação moral (Cap. 7). In: FREITAG, B. *Itinerários de Antígona: A questão da moralidade*. Campinas, Papirus, 1992. (pp. 163-229)

2. O sujeito autônomo em teorias políticas normativas

HABERMAS, J. (1989). *Consciência Moral e Agir Comunicativo*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro. (Cap. 4, pp. 143-233)

____ (1991), Afectan las objeciones de Hegel a Kant también a la ética del discurso? In: *Escritos sobre Moralidad y Eticidad*. Barcelona: Paidós. (pp.97-130)

TAYLOR, C. (1982). The Diversity of Goods, in Amartya Sen and Bernard Williams (orgs.), *Utilitarianism and Beyond*. Cambridge: Cambridge University. (pp. 129-144)

____ (1994). The Politics of Recognition, in GUTMANN, Amy. *Multiculturalism*. New Jersey: Princeton University. (pp. 25-73)

3. Direitos humanos interculturais e filogênese da moralidade

HABERMAS, Jurgen. Remarks on Legitimation through Human Rights. In: *The Postnational Constellation – Political Essays*. Cambridge, Polity Press, 2001.

SANTOS, Boaventura de Souza. Para uma concepção intercultural dos Direitos Humanos (Cap.13). In: SANTOS, B. S. *A gramática do tempo: por uma nova cultura política*. São Paulo, Ed. Cortez, 2006.

VENTURI, Gustavo. “O potencial emancipatório e a irreversibilidade dos direitos humanos” (p. 9-25). In: VENTURI, G. (org.) *Direitos Humanos: percepções da opinião pública*. Brasília, SDH-PR, 2010.

4. Sociologia da moralidade

FREITAG, Barbara. *Itinerários de Antígona: A questão da moralidade*. Parte 3 - Sociologia da Moralidade (Cap. 3 e 4). Campinas, Papirus, 1992.

WEISS, Raquel. A concepção de educação em Durkheim como chave para a passagem entre Positivo e Normativo (Cap.8). In: MASSELA *et alli* (Orgs.) *Durkheim: 150 anos*. Belo Horizonte, Ed. Argumentum, 2009.

5. Tolerâncias e intolerâncias

BILGRAMI, Akeel. Secularism: Its Content and Context. In: STEPAN, A. & TAYLOR, C. (Orgs). *Boundaries of Toleration*. Columbia Un. Press, Neww York, 2014.

PETRONI, Lucas. Temos o dever de tolerar?. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº15. Brasília, set-dez 2014, pp. 95-125.

WALZER, Michel. Practical Issues (Cap. 4). In: WALZER, M. *On Toleration*. New Haven and London, Yale Un. Press, 1997.

2ª parte

6. Interseccionalidades e marcadores sociais da diferença

HANCOCK, Ange-Marie. "intersectionality as a Normative and Empirical Paradigm". *Politics & Gender*, vol. 3, issue 2, June 2007, Cambridge Un., Cambridge.

HIRATA, Helena. "Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais". *Tempo Social*, v. 26, n.1, junho 2014 (pp. 61-73).

KERGOAT, Danièle. "Dinâmica de consubstancialidade das relações sociais". *Novos Estudos Cebrap* n. 86, março 2010 (pp. 93-103).

7. Classes sociais: distribuição X reconhecimento

HONNETH, Axel. Desrespeito e resistência: a lógica moral dos conflitos sociais (Cap.8). In: HONNETH, A. *Luta por reconhecimento* [1992]. São Paulo, Ed. 34, 2003.

FRASER, Nancy; HONNETH, Axel. *Redistribution or Recognition - A political-philosophical exchange*. Verso, London, New York, 2003.

8. Patriarcado, gênero e misoginia

SCOTT, Joan Wallach. Algunas reflexiones adicionales sobre género y política (Cap. 10). In: *Género e historia* [1999]. México, FCE/UNAM, 2008.

OKIN, Susan Moller. "Is multiculturalism bad for women?". In: COHEN, J., HOWARD, M. & NUSSBAUM, M. *Is multiculturalism bad for women?* Princeton, Un. Press, 1999.

KYMLICKA, Will. "Liberal complacencies". In: COHEN, J., HOWARD, M. & NUSSBAUM, M. *Is multiculturalism bad for women?* Princeton, Princeton Un. Press, 1999.

NAUSSBAUM, Martha. "A plea for difficulty". In: COHEN, J., HOWARD, M. & NUSSBAUM, M. *Is multiculturalism bad for women?* Princeton, Un. Press, 1999.

9. Sexualidades e *lgbt*fobias

BUTLER, Judith. Sujeitos de sexo/gênero/desejo (Cap.1). In: *El género en disputa – El feminismo y la subversión de la identidad* [1999]. Buenos Aires, Paidós, 2017.

MISKOLCI, Richard. “A teoria *queer* e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização”. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 150-182.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. “Homofobia: limites e possibilidades de um conceito em meio a disputas”. *Bagoas*, v.1 n.1, 2007.

10. Raças, etnias, racismo e xenofobia

COSTA, Sérgio. Paradoxos do anti-racismo: os estudos raciais e seus críticos (Cap.7). In: *Dois Atlânticos – Teoria social, anti-racismo, cosmopolitismo*. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2006.

FERNANDES, Florestan. Aspectos políticos do dilema racial brasileiro. In: *O Negro no mundo dos brancos* [1972]. São Paulo, Ed. Global, 2007.

GUIMARÃES, Antonio Sérgio. “Racismo e anti-racismo no Brasil”. *Novos Estudos Cebrap* n. 43, novembro 1995 (pp. 26-44).

FORMA DE AVALIAÇÃO

A avaliação será feita sobre um trabalho, a ser entregue após o término do curso. Os/as alunos/as deverão desenvolver um ensaio dialogando suas questões ou temas de pesquisa com as questões tratadas na disciplina, em sala e pela bibliografia do curso.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO

20% para seminários sobre leituras obrigatórias (até 3 ao longo do semestre),

80% para o trabalho final, a ser entregue até uma semana após o último encontro.